



Comissão aprova licenciamento eletrônico de veículos

Pelo projeto, usuário só precisará cadastrar dados necessários no site do órgão estadual de trânsito. | 3

Deputados defendem fim da contribuição previdenciária de servidor aposentado

Debate reuniu na Câmara representantes de entidades de aposentados e pensionistas

Os participantes pediram a aprovação de proposta de emenda à Constituição que acaba com a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas. A proposta estabelece uma

redução gradual da cobrança até o servidor completar 65 anos de idade, quando ficaria isento. A PEC já foi aprovada por uma comissão especial em 2010 e aguarda inclusão na pauta do Plenário. | 3

Divulgação



Debate aponta falsa sensação de controle da Aids | 4



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR



"Neymar", um dos quadros da exposição Fanáticos

Divulgação

Câmara prepara eventos e programação especial durante a Copa do Mundo

Além da iluminação em verde-amarelo do Palácio do Congresso Nacional, muda o horário de visitação, que terá distribuição de brindes e folhetos informativos. A exposição "Fanáticos" mostra por outro ângulo o futebol arte. | 2

MUNDIAL | O verde e amarelo de outros pontos da cidade estão também no Congresso

EXPOSIÇÃO

Congresso promove ações especiais durante período da Copa do Mundo

Iluminação especial das cúpulas do Senado e da Câmara, exposição virtual, horários especiais de visitação, inclusive em idiomas estrangeiros, distribuição de brindes e folhetos informativos. Essas são algumas das ações preparadas pelas áreas de Comunicação Social das duas Casas do Legislativo para o período da Copa do Mundo.

Além disso, numa parceria com a Companhia Energética de Brasília (CEB), o verde e amarelo que já decoram outros pontos da cidade passaram a iluminar também o Palácio do Congresso Nacional, um dos cartões postais da capital.

No Salão Negro, espaço de recepção dos visitantes, dois telões irão exibir imagens e dados sobre os parlamentos dos 32 países participantes do Mundial da Fifa. Informações

de cunho geográfico e político, como território, população, regime de governo e tipo de parlamento – unicameral ou bicameral – fazem parte da exposição “Parlamentos da Copa”. O objetivo é estimular o intercâmbio cultural e político, revelando curiosidades desses países.

Público infantil - O turista contará ainda com a distribuição de brindes e material informativo. Entre eles, mascotes do Congresso Nacional, especialmente criados para a Copa, feitos de papel, para que as crianças possam cortar e montar. Também serão entregues ao público infantil gibis do Eu Sen’adoro um Passeio, do Ziraldo, e da Turma do Plenarinho.

Para os adolescentes e adultos, foram criados cartões postais comemorativos, que podem ser enviados gratuitamente, com o selo pré-pa-

go, desde que depositados na urna do Salão Negro. Para auxiliar as pessoas a localizar outros pontos do turismo cívico em Brasília, estarão disponíveis os impressos do grupo de Visitação Institucional Integrada em Brasília (Viibra), do qual participam vários órgãos públicos.

Horários especiais de visitação ao Congresso Nacional:

- De 1º de junho a 18 de julho - das 8h30 às 17h30

- Em dias de jogos da Seleção Brasileira, o atendimento ocorrerá em horário reduzido: entre 8h e 11h, com visitas a cada 30 minutos, a partir das 8h30, com tours em inglês às 9h30/10h30 e em espanhol às 10h/11h.

- Em dias de jogos da Copa do Mundo em Brasília, a visitação estará fechada.



Olhar crítico sobre o futebol

O artista, professor e pesquisador visual Leandro Serpa é gravador, pintor e desenhista e, nesta exposição, explora o futebol-arte de forma crítica. A exposição exibe 30 obras, entre desenhos, pinturas, fotografia e monotipia – técnica que reproduz um desenho ou mancha de cor em uma única prova -, que retratam o valor simbólico das paixões pelo esporte.

Leandro Serpa desenvolveu o projeto “Fanáticos” a partir de pesquisas realizadas com vídeos de partidas de futebol das décadas de 1980 e 1990, transmitidas pela RBS TV de Florianópolis. As obras de Leandro já foram expostas em São Paulo, Santa Catarina, Bahia e, também, em Portugal.

A mostra poderá ser vista entre 10 de junho e 27 de julho, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Espaço do Servidor.

RELAÇÕES EXTERIORES | Um dos principais objetivos é estreitar os laços entre os dois países

Instalado na Câmara Grupo de Amizade Brasil-Malásia

A Câmara dos Deputados instalou mais um órgão interparlamentar no Congresso Nacional - o Grupo de Amizade Brasil-Malásia. Sob a presidência do deputado Claudio Cajado (DEM-BA), a Casa pretende estreitar relações diplomáticas com um dos mais promissores países asiáticos. Na cerimônia de criação do grupo, a embaixadora da Malásia, Sudha Devi K.R. Vasudevan, destacou o bom relacionamento entre os dois países. “Aprecio os esforços do deputado Cajado pela criação deste grupo, e acredito que a partir de agora damos um novo passo para nos compreendermos e continuarmos nos ajudando ainda mais”, afirmou Sudha.

Claudio Cajado disse que a nova parceria só trará bons frutos, para ambos os lados. “A Malásia é um país amigo do Brasil, temos atividades de



O grupo de amizade entre Brasil e Malásia foi instalado na semana passada

cooperação em diversas áreas. Nosso desafio agora é fortalecer o que já existe e buscar novos caminhos para desenvolvermos juntos”, ressaltou.

Em constante desenvolvimento

econômico desde os anos 70, a Malásia é a maior produtora mundial de borracha e estanho, além de deter uma considerável produção de petróleo, gás e látex.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA
9 de junho de 2014

Sessão solene

Homenagem aos 50 anos de fundação da Casa da Bênção. Plenário Ulysses Guimarães, 10h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT-SP)

2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 **secom@camara.leg.br**

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Dourivan Lima

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

APOSENTADOS | PEC que reduz gradualmente a contribuição de servidores inativos aguarda votação em Plenário

Deputados e servidores pedem fim de contribuição

Deputados e representantes de entidades de classe defenderam, em debate na Comissão de Seguridade Social, a aprovação da proposta de emenda à Constituição que acaba, aos 65 anos, com a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas (PEC 555/06).

Em um plenário lotado para o debate, dirigentes de associações dos servidores prometeram continuar pressionando o Congresso para votar a proposta e reclamaram das dificuldades impostas pelo governo, sendo apoiados por parlamentares da comissão que prometeram empenho para levar a PEC ao Plenário.

A proposta estabelece uma redução gradual da cobrança até o servidor completar 65 anos de idade, quando ficaria isento. A PEC já foi aprovada por uma comissão especial em julho de 2010 e aguarda sua inclusão na pauta do Plenário.

A presidente do conselho executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Margarida Lopes de Araújo, cobrou a presença do representante do governo na audiência. “Onde está o secretário de políticas de Previdência Social, que foi convi-



Dirigentes de várias associações de servidores participaram do debate na comissão

gado e não apareceu?”, questionou.

Impacto financeiro - Margarida criticou as desonerações e as isenções dadas pelo governo aos empresários. Segundo ela, as contribuições de inativos e de pensionistas representaram, de 2005 a 2013, R\$ 16 bilhões da arrecadação do governo, enquanto as renúncias fiscais chegaram a mais de R\$ 165 bilhões. “Nossas reivindicações não representam nem um grão de areia perto desses benefícios”, disse.

Pela proposta, o fim da contribuição só valerá a partir do momento em

que for promulgada pelo Congresso. Por isso, o presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert, ressaltou que a PEC não vai impactar o Orçamento. “Nós abrimos mão da retroatividade para resgatar a dignidade dos servidores que irão se aposentar”, destacou.

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge, reclamou que os servidores aposentados e pensionistas sofrem com a cobrança previdenciária indevida há 11 anos.

“É um processo de bitributação, é um confisco”, afirmou.

Obstrução - O deputado Lincoln Portela (PR-MG) propôs que as votações na Câmara sejam obstruídas até a inclusão da proposta na Ordem do Dia do Plenário.

Ivan Valente (Psol-SP) defendeu a aprovação da PEC e a mobilização dos trabalhadores, e disse que seu partido nasceu da luta contra a reforma da Previdência de 2003. “Atualmente, a expectativa de vida tem aumentado e os gastos com saúde também. O governo tem recursos para bancar o fim da contribuição previdenciária”, observou.

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que solicitou a audiência, também se manifestou favoravelmente à proposta. O deputado ressaltou que o governo nunca pediu a ele que votasse contra e nem fez esse pedido aos partidos aliados, e disse também que a maioria da bancada do PT é favorável à PEC. “Não dá para culpar o Executivo por tudo. Esta Casa legislativa é conservadora e retrógrada”, afirmou o parlamentar, acrescentando que as pautas favoráveis aos trabalhadores quase sempre são rejeitadas.

Licenciamento eletrônico

A Comissão de Viação e Transportes aprovou o PL 1920/11, que institui o licenciamento eletrônico de veículos. Pelo projeto do deputado licenciado Walney Rocha (PTB-RJ), o usuário não precisará submeter o veículo a uma vistoria; apenas cadastrar os dados necessários no site do órgão estadual de trânsito.

O proprietário do veículo será responsável pelas informações prestadas, mas não são definidas punições para quem informar dados errados. O projeto prevê ainda que o certificado de licenciamento será enviado pelos Correios.

Para o relator, Dudu Luiz Eduardo (PSDC-RJ), a medida visa uniformizar o licenciamento em todo o País e corrigir uma “injustiça gravíssima praticada contra cidadãos iguais”. Ele aponta uma “desproporcionalidade enorme” no valor da taxa de licenciamento entre os estados. O projeto vai corrigir outra distorção, pois hoje o cidadão é obrigado a provar que seu veículo está apto a trafegar. “Isso é papel do poder público.”

O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

TRÂNSITO | Os defensores do material dizem que ele retarda o envelhecimento do asfalto

CCJ aprova preferência a asfalto-borracha

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, projeto de lei (PL 132/11) do deputado Weliton Prado (PT-MG) determina o uso preferencial de asfalto-borracha — produzido com borracha de pneus — na pavimentação ou recuperação das ruas.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e estabelece que a escolha pelo uso de outro material deve ser explicada no memorial descritivo da obra. Além disso, a proposta determina que os estudos de impacto ambiental da obra apresentem a análise dos efeitos ambientais decorrentes da escolha do material de pavimentação.

Weliton Prado afirma que pesquisas feitas por universidades e órgãos públicos de transporte de todo o mundo apontam vantagens substanciais no uso dessa mistura:

- reduz significativamente os problemas ambientais, ao oferecer uma solução prática para o acúmulo de pneus usados imprestáveis;
- retarda o processo de envelhecimento do asfalto, dada a presença de antioxidantes na borracha dos



Segundo o autor da proposta, o asfalto-borracha reduz problemas ambientais

pneus;

- melhora a flexibilidade do asfalto, pela maior concentração de materiais elásticos;

- aumenta o “ponto de amolecimento” do asfalto, o que significa maior resistência às deformações provocadas pelo trânsito intenso de veículos; e

- reduz a suscetibilidade térmica do asfalto.

O relator, deputado Sarney Filho (PV-MA), foi favorável a essa proposta e também ao Projeto de Lei 1680/11, que tramita apensado a ela e tem teor semelhante.

Tramitação - O projeto ainda precisa ser votado pelo Plenário da Câmara. Ele foi rejeitado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e aprovado pela Comissão de Viação e Transportes.

Parlamentares querem políticas de combate ao preconceito

O coordenador geral LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Gustavo Bernardes, comemorou, durante o Seminário LGBT do Congresso Nacional, a publicação da Lei 12.984/14, que determina pena de prisão, de um a quatro anos, e multa para quem discrimina pessoas com HIV. Bernardes aproveitou para cobrar também a aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia no País. “Jovens gays são mais vulneráveis à epidemia de Aids. Isso porque ele se expõe mais e são mais suscetíveis à violência”, disse. “Que esta Casa não se omita, que criminalize à homofobia”, completou.

“Vamos sempre levar os preconceituosos à cadeia ou evitar que as pessoas se tornem preconceituosas?”

Deputada Manuela D’Ávila

A deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) destacou a sanção da nova lei que prevê punição para condutas como recusar inscrição em escola; negar emprego ou trabalho; demitir; segregar no ambiente escolar ou de trabalho; divulgar a condição de pessoa com HIV com intuito de ofender; e recusar tratamento de saúde. No entanto, segundo ela, a lei sancionada trata de punição à discriminação, ou seja, pune quem já é preconceituoso. “Mas e o que estamos fazendo para educar as pessoas e evitar o preconceito?”, questionou a deputada, comentando o recente veto da presidente Dilma Rousseff ao programa do Ministério da Educação, conhecido como ‘kit gay’, que pretendia o combate à homofobia nas escolas.

Manuela criticou ainda a exclusão do texto do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10) de dispositivo que tratava da questão de gênero. “Vamos levar permanentemente preconceituosos à cadeia ou vamos evitar que as pessoas se tornem preconceituosas?”, questionou.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) defendeu a importância da educação para desconstruir as lógicas excluídas. “Não se pode negar a afetividade e a sexualidade humanas. Não existe cidadania dentro do armário”, afirmou. A deputada ainda criticou o projeto em tramitação na Câmara que cria o Estatuto da Família, definindo-a como com a união entre homens e mulheres apenas.

SAÚDE | Debatedores do 11º Seminário LGBT veem afrouxamento em ações preventivas

Falsa sensação de controle provoca o avanço da Aids

Debatedores do 11º Seminário LGBT do Congresso Nacional apontaram um afrouxamento no conjunto de ações e programas de governo voltados para combater o avanço da Aids no País. Segundo eles, paira uma falsa sensação de que a doença está controlada, sobretudo por conta de remédios mais eficazes, com menores efeitos colaterais, e que melhoraram a qualidade de vida do portador do vírus HIV que já desenvolveu a Aids.

“Hoje em dia, quando tratadas, as pessoas convivem com o HIV e têm uma vida praticamente normal”, destacou o deputado Jean Wyllis (Psol-RJ), um dos organizadores do seminário. Para ele, essa nova realidade mudou o discurso público em torno da Aids. “Isso trouxe um efeito muito ruim que foi o afrouxamento da prevenção e a invisibilidade da doença no discurso público de saúde”, acrescentou.

O médico e coordenador do Programa de Mestrado em DST/Aids e Hepatites Virais da UnioRio, Fernan-



Zeca Ribeiro

O seminário debateu o tema “Aids: Formas de saber. Formas de adoecer”

do Ferry, afirmou que a sensação de que a epidemia está controlada favorece novos contágios. “Hoje enquanto você está fazendo o tratamento, você tira da mídia toda a questão da morte”, disse ele, ressaltando que a desinformação é um grande problema, sobretudo entre os jovens. Ferry atua no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, no Rio. Lá, conta ele, como a maioria dos pacientes infectados “toma conhecimento do HIV na emergência, muitos já apresentam a doença em estágio avançado”.

Desconhecimento - O deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que preside a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, afirmou que a atual geração desconhece a dimensão da doença. “Nós somos de uma geração que conheceu a Aids em sua fase mais cruel. Perdemos amigos, ídolos e pessoas que admirávamos”, afirmou. Para ele, a informação é a base de toda e qualquer política de saúde e deve ser usada como instrumento de prevenção e de esclarecimento.

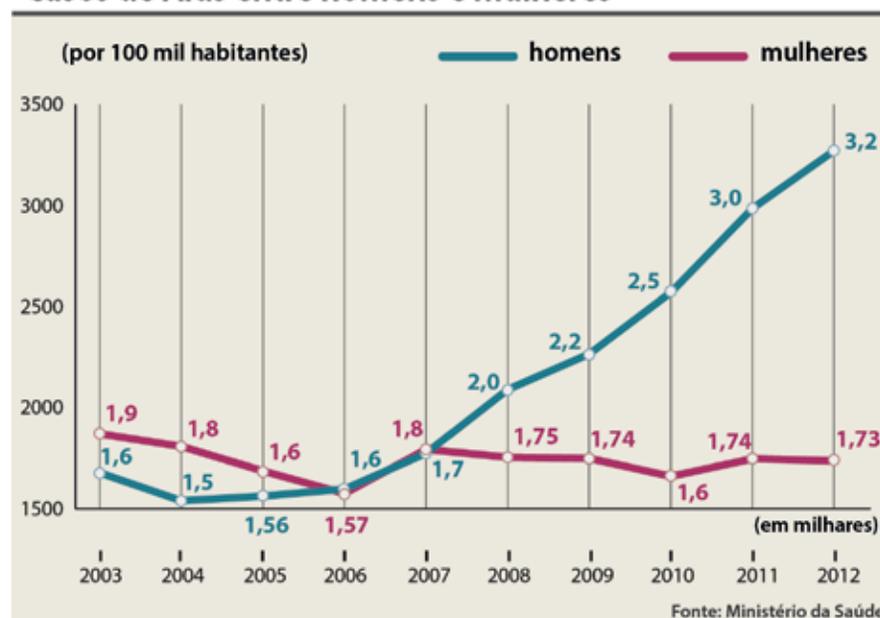
Militantes e governo discordam sobre perfil de vítimas

Representantes do movimento LGBT chamaram atenção para o atual perfil epidemiológico da Aids. Para o deputado Jean Wyllis, a infecção avança sobre homens jovens homossexuais, pessoas pobres, mulheres e em regiões do interior. “A Aids se juvenizou. E a população de homens jovens gays voltou a ser o grupo de vítima preferencial”, disse Wyllis.

Ele condenou o discurso que coloca a Aids como castigo aos homossexuais e ressaltou o aumento de casos entre mulheres. “Temos a feminilização da doença. No início da epidemia eram 30 homens infectados para cada mulher. Hoje essa proporção é de 1 para 1.” O deputado criticou a atuação do Ministério Saúde, diante das evidências desse perfil epidemiológico do País.

Tendência diferente - Ivo Brito, do Ministério da Saúde, discordou de que a tendência atual seja o contágio de jovens, de mulheres e da população do interior do País. Para ele, essa é uma tendência que já marcou os anos 90 e a primeira década do século 21. “Nossos dados mostram outra tendência”, disse Brito. Com relação ao aumento proporcional da infecção de mulheres, ele disse que, isolando-se homens e mulheres na

Casos de Aids entre homens e mulheres



estatística, verifica-se um aumento maior da epidemia entre homens jovens. Brito acrescentou ainda que os casos crescem também entre segmentos com maior escolaridade. “Ou seja, diferente do que ocorria na década de 90.” O desafio, segundo ele, é pensar em políticas públicas focadas nos grupos de risco sem incentivar ainda mais a discriminação desses

grupos sociais, como a comunidade LGBT. Para Richard Parker, da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, a determinante fundamental da doença é a desigualdade. “É onde a desigualdade é mais forte, onde um eixo de desigualdade, do tipo pobreza, cruza com outro, desigualdade de gênero, que você tem maior impacto da epidemia”.